

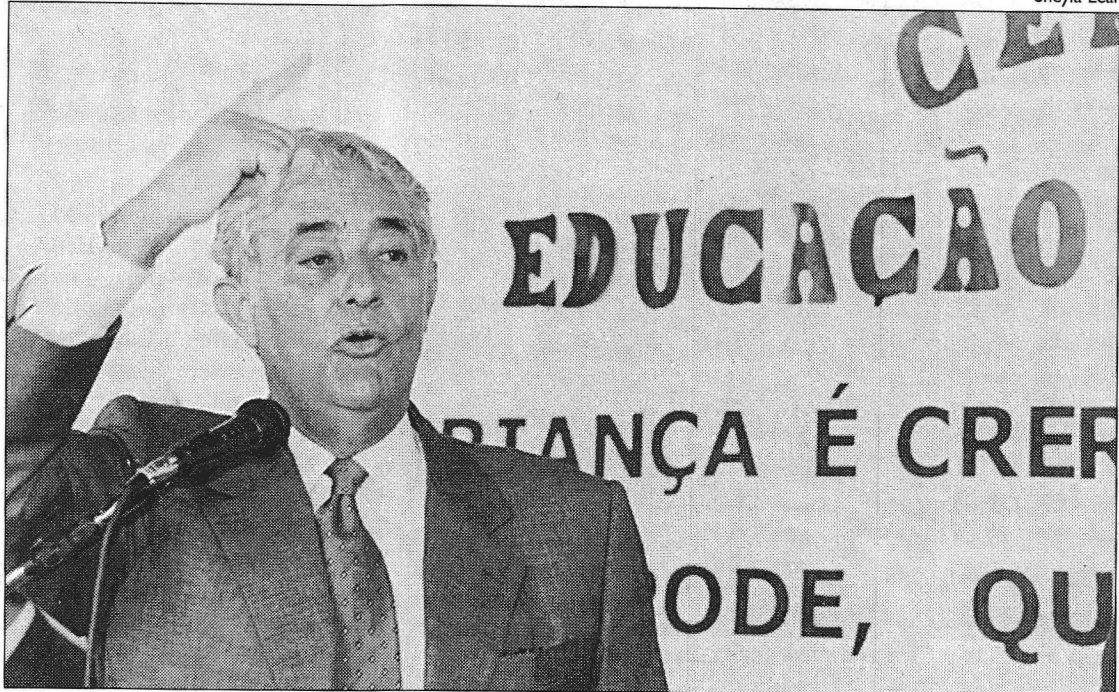
Roriz quer manter sua proposta de loteamento

Enquanto os deputados distritais do partido do governador Joaquim Roriz estão preocupados com a repercussão do parcelamento do Park Way e desejam encerrar a questão, o próprio governador prometeu ontem insistir na aprovação do projeto do novo loteamento. Após inaugurar uma escola pública em Brazlândia, Roriz afirmou a intenção de provar a viabilidade do parcelamento, para depois recolocar a proposta na pauta de votações da Câmara Legislativa.

“Quero evitar invasões e depredações no Park Way. Hoje, aquilo é um depósito de lixo em todas as partes e tem gente que invadiu mil metros quadrados. Além disso, os moradores não contam com uma única farmácia ou supermercado. Tenho certeza que o que defendemos é espetacular para a sociedade. Vamos ver quem está certo”, afirmou o governador, para quem a campanha contra o loteamento tem fundo ideológico e partidário: “Não vamos nos submeter a isso. Não podemos permitir, como está acontecendo, sítios de criação de cavalos e vacas, que são terminantemente proibidos. Mas, se ao final dos debates que

Governador diz que vai insistir na aprovação do projeto na Câmara Legislativa, depois de conseguir provar sua viabilidade

Sheyla Leal



Após inaugurar escola em Brazlândia, Roriz falou sobre o Park Way: “Vamos ver quem está certo”

vamos realizar a sociedade não quiser o parcelamento, lavo minhas mãos”, ressaltou Roriz.

Enquanto o GDF promove os debates citados pelo governador, serão feitos os estudos de impacto ambiental (Eia-Rima) para um relatório completo sobre os efeitos do lotea-

mento, como explicou a secretária de Habitação, Ivelise Longhi. “Antes, só faríamos o relatório de impacto de vizinhança, menos aprofundado que o Eia-Rima. Como surgiu uma celeuma sobre o assunto, decidimos pelo relatório completo, que apontará o impacto das medidas sobre a malha

viária, abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros”, disse Ivelise. Os estudos, que serão contratados a terceiros pela Terracap, terão edital de licitação publicado nos próximos dias.

RODRIGO LEDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA

Pedido de arquivamento não foi protocolado

O pedido de arquivamento ou retirada definitiva do PLC 451/99, que prevê o parcelamento das áreas verdes do Setor de Mansões Park Way, ainda não havia sido protocolado na Câmara Legislativa do Distrito Federal até as 5h50 da tarde de ontem. Nenhuma mensagem havia chegado na Assessoria Parlamentar da Câmara e na Assessoria Parlamentar do Governo não constava nenhum pedido oficial. De acordo com a Assessoria Parlamentar do Buriti, o líder do governo na Câmara pode pedir pessoalmente o arquivamento ou a retirada do projeto.

De acordo com o deputado Jorge Cauhy, que está assumindo a liderança do PMDB na Câmara Legislativa, o projeto

já teria sido retirado definitivamente e o pedido estaria sendo enviado, ainda ontem, pelo governador Joaquim Roriz, para a Câmara. “Nós discutimos o assunto e eu liguei para o governador Joaquim Roriz para pedir que retirasse da Câmara este projeto que estava aborrecendo muita gente. Ele me disse que não queria contrariar as pessoas e concordou em retirar”, disse o deputado Jorge Cauhy. De acordo com Cauhy, somente o consenso entre comunidade residente no local e governo pode fazer com que o projeto volte a tramitar na Câmara Legislativa.

“Somente depois de um estudo profundo de impacto ambiental e da aceitação da comunidade é que o projeto

pode voltar a ser apreciado pelo plenário. A nossa intenção é retirar este projeto da Câmara de uma vez por todas, dar uma rasteira nisto”, afirmou Jorge Cauhy. Para o deputado, depois do encaminhamento dado pela bancada do governo na Câmara, não haveria sequer necessidade do debate na Comissão Geral, marcado para amanhã, às 9h.

O PLC 451/99 entrou em tramitação na Câmara Legislativa em sessão extraordinária no final do ano passado. Depois de causar muita polêmica, foi retirado da pauta de votação, mas continuou tramitando na Casa. Para que seja arquivado basta que o autor requeira o arquivamento por meio de um memorando inter-

no. O processo de desarquivamento segue o mesmo ritual.

Para o deputado Renato Rainha (PL), o anúncio da retirada ou arquivamento do projeto pode ser uma jogada política, para esvaziar a polêmica criada em torno do assunto. Por isso, a Comissão Geral não será cancelada. “Iremos manter o debate. Até agora, nenhum ofício entrou na Casa pedindo a retirada ou o arquivamento do projeto. Mesmo que isto venha a acontecer, a Comissão permanecerá mantida, para que as discussões sobre o assunto possam se solidificar mais”, afirmou Renato Rainha.

PATRÍCIA MOTTA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA